



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Bieco. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Lívia Duarte chamou a atenção para a necessidade de quórum nas sessões, exortando os demais vereadores a comparecer e permanecer em plenário nas duas sessões ordinárias semanais que ora ocorrem neste parlamento. Observou depois que as prefeituras estavam obrigadas a adequar-se à Reforma da Previdência, aprovada em nível federal, sob pena de, não o fazendo, perderem a certificação. Contrapôs, porém, ter sido eleita para defender os interesses da população, assegurando que faria todo o possível nesse sentido, participando da negociação junto à Prefeitura Municipal de Belém – PMB, hoje sob gestão de trabalhadores e trabalhadoras. Louvou a constituição de uma mesa permanente de negociação entre a PMB e os servidores municipais, ressaltando a importância da transparência da gestão municipal sobre os recursos disponíveis e as possibilidades de atendimento às demandas dos funcionários. Lembrou haver pautas importantíssimas a serem atendidas como a reforma das unidades de saúde e dos cemitérios. Defendeu a constituição de uma comissão desta Casa para acompanhar as negociações entre os servidores municipais e a PMB. Assumiu depois a palavra a vereadora Enfermeira Nazaré Lima e recordou ter trabalhado por dezessete anos como funcionária municipal concursada em Belém, na área da Saúde. Nessa condição, participou do sindicato, à época bastante atuante, e acompanhou a ocorrência de uma greve, evento raro no setor de saúde pública. Desse modo, afirmou, entende a importância da ação sindical para os trabalhadores. O salário-base atual pago ao funcionalismo municipal tem valor inferior ao mínimo nacional, não sendo reajustado desde 2015, historiou. A gestão municipal anterior baseou-se em uma decisão liminar para não fazer a correção, pois alguns acréscimos e benefícios fazem com que a quantia paga ao servidor supere o valor do salário mínimo nacional. Entretanto, atendeu, quando o profissional adoece ou entra de licença, perde as vantagens e passa a receber menos. Expressou sempre questionar tal situação, recordando que, no semestre anterior, comissões sindicais vieram a este parlamento e não foram recebidas. Durante este período de pandemia, os municípios receberam um auxílio financeiro do governo federal, mas se estabeleceu a condição de que não poderia haver aumento para os servidores públicos, aditou, e os gestores públicos seriam responsabilizados se os concedessem. Lembrou que por muito menos, as chamadas “pedaladas fiscais” depois legalizadas, a presidenta Dilma Rousseff sofreu o *impeachment*. Informou ter participado das manifestações de rua contra a Reforma da Previdência, mas infelizmente ela fora aprovada e cabia agora à atual gestão municipal fazer as adequações necessárias a essa legislação. O projeto estabelecendo o aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos municipais fora enviado a este parlamento em dezembro do ano anterior, rememorou, afirmando que o prefeito Edmilson Rodrigues encontraria uma forma de não prejudicar os trabalhadores. Estamos vivendo a crise provocada pela pandemia e presos por uma legislação que não foi construída por nós, salientou, expressando que a reforma previdenciária sempre fora combatida pelo PSOL e por outros partidos de esquerda. Por outro lado, alertou, não estava clara a destinação dos recursos federais recebidos pela PMB referentes à crise sanitária provocada pela pandemia, informando que acionara o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA para saber o que fora feito com esse dinheiro. Assumiu depois a palavra o vereador Roni Gás e apontou haver pautas importantes a serem tratadas na cidade, citando os alagamentos e a falta de remédios nas unidades de saúde. Pediu a seus pares que se dedicassem aos problemas que atingem a população. Lamentou não ser atendido nas demandas que leva às secretarias municipais, frisando serem demandas do povo. Em aparte, manifestou-se o vereador Túlio Neves. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah comemorou a sanção pelo governador Hélder Barbalho, neste dia, da

lei que concede aos praças e praças especiais inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará a equiparação do soldo ao salário mínimo vigente. Avaliou depois que o aumento da alíquota previdenciária, de 11% para 14%, para os servidores municipais teria que ser discutido nesta Casa de forma séria e responsável. Declarou apoio total ao prefeito Edmilson Rodrigues, expressando ter certeza de que ele saberia conduzir com maestria a situação e os vereadores agiriam com coragem votando o projeto. Comentou depois haver a possibilidade de que os rodoviários de Belém entrassem em greve a partir do dia seguinte, sugerindo que se discutisse a adoção da tarifa zero no transporte público para os trabalhadores, funcionando em um regime de consórcio com a participação da PMB. Questionou a transparência do sistema de vale digital, pois se desconhecia quem lucrava com os vales não utilizados. Apontou as mazelas do atual sistema público de transporte, onde circulam ônibus sucateados, sem segurança, sem higiene e superlotados. Um bom sistema de transporte melhora a qualidade de vida na cidade diminuindo a quantidade de veículos particulares nas ruas, minorando a emissão de gases poluentes, reduzindo o tempo rotineiramente perdido pelas pessoas nos deslocamentos, comentou. Pela liderança da Oposição, Josias Higino leu uma nota do Fórum de Entidades de Belém expressando insatisfação com o não atendimento às reivindicações dos servidores municipais pela PMB - o reajuste salarial com a equiparação do salário-base ao mínimo nacional - e com o aumento previsto na alíquota previdenciária. Questionou se o prefeito Edmilson Rodrigues não poderia corrigir essa defasagem salarial produzida na gestão municipal anterior. Pediu aos vereadores que lutassem por essa demanda dos funcionários públicos municipais. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade parabenizou o prefeito Edmilson Rodrigues pelo seu aniversário., dizendo ter certeza de que este parlamento, independentemente de posições políticas, estaria sempre disposto a contribuir para fazer de Belém uma cidade melhor. Lembrou depois a seus pares que a Reforma da Previdência fora aprovada pelo governo Bolsonaro e impedia os municípios de cobrar uma alíquota previdenciária menor do que 14%. A atual gestão precisava adaptar-se a essa legislação sob pena de, não o fazendo, deixar de receber recursos federais. Fez notar que o projeto de lei que faz essa adequação fora enviado a esta Casa pelo ex-prefeito Zenaldo Coutinho. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca do Barreiro. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino declarou ser prioridade defender o funcionalismo público municipal. Parabenizou o prefeito Edmilson Rodrigues, desejando-lhe saúde para que possa governar a cidade e pedindo-lhe que fizesse a equiparação do salário-base municipal ao salário mínimo nacional. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do Governo, Igor Andrade leu parte do projeto encaminhado pelo ex-prefeito Zenaldo Coutinho a este parlamento estabelecendo o aumento da alíquota previdenciária para o funcionalismo público municipal. A PMB teria que fazer a adequação em nível municipal da Reforma Previdenciária aprovada no Congresso Nacional, mas estava buscando compensações para os servidores, estabelecendo uma mesa permanente de negociação com eles, comentou. Em aparte, manifestou-se o vereador Gleisson Silva. Pela liderança do PDT, Allan Pombo pediu aos servidores municipais que ficassem atentos ao que estava acontecendo no município. Apontou que a defasagem salarial ora existente foi produzida pela gestão municipal anterior e que as reformas aprovadas rapidamente no Congresso Nacional estavam agora prejudicando os funcionários públicos municipais. A atual gestão municipal tem compromisso popular e compromisso com os servidores e servidoras, assegurou, e saberia tomar as melhores decisões para beneficiá-los. A vereadora Dona Neves pediu Questão de Ordem parabenizando o prefeito Edmilson Rodrigues pelo seu aniversário. O vereador Zeca do Barreiro também pediu Questão de Ordem parabenizando o prefeito Edmilson Rodrigues e agradecendo à secretária Ivanise Gasparim por atender suas demandas. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu depois Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício ao projeto correspondente, o que foi aprovado pela plenária. Retomou-se em seguida a votação do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a realização de uma sessão especial, em data e horário a combinar, para parabenizar os profissionais de saúde que estavam na linha de frente do combate à Covid-19 no município de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Miguel Rodrigues. Procedeu-se depois à leitura do requerimento do vereador Juá Belém solicitando a realização de uma sessão especial para debater sobre todo e qualquer tipo de violência cometida contra crianças e adolescentes, a ser realizada em data a combinar. Fizeram encaminhamentos os vereadores Juá Belém, Miguel Rodrigues e Lívia Duarte. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. Durante seu pronunciamento anterior, o vereador Juá Belém solicitara que a sessão fosse suspensa por cinco minutos e fosse feita a divulgação da campanha Maio Laranja, de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Atendendo a este pedido, o presidente Bieco suspendeu a sessão por cinco minutos. Retomada a sessão, o vereador José Dinelly parabenizou o presidente Bieco pela

boa condução dos trabalhos na sessão e parabenizou também o prefeito Edmilson Rodrigues pelo seu aniversário. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Juliano Medeiros", constante no Processo nº 140/2021, de autoria da vereadora Lívia Duarte. Na discussão, pronunciou-se a vereadora Lívia Duarte. Posteriormente, fez-se a leitura do projeto. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, em bloco, com vinte e dois votos favoráveis e um voto contrário. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Juliano Medeiros", constante no Processo nº 140/2021. O vereador Moa Moraes pediu depois Questão de Ordem solicitando alteração na ordem dos projetos em pauta de modo que o projeto de lei constante no Processo nº 141/2021 entrasse em discussão. Após dialogar com o vereador Fernando Carneiro, o vereador Moa Moraes refez a Questão de Ordem, solicitando que a ordem dos projetos em pauta fosse alterada de modo que o projeto constante no Processo nº 088/2021 entrasse logo em discussão e, em seguida, entrasse em discussão o projeto constante no Processo nº 141/2021. Não havendo objeção das lideranças partidárias presentes a esta solicitação, fez-se a alteração. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Institui o último dia de fevereiro como o Dia Municipal de Atenção às Doenças Raras no Município de Belém", constante no Processo nº 088/2021, de autoria do vereador Fernando Carneiro. Na discussão, não houve oradores. Procedeu-se posteriormente à leitura do projeto. Fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro. Este pediu depois Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, fizeram encaminhamentos os vereadores Lívia Duarte, Allan Pombo e Miguel Rodrigues. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e cinco votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Institui o último dia de fevereiro como o Dia Municipal de Atenção às Doenças Raras no Município de Belém", constante no Processo nº 088/2021. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Posteriormente, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no município de Belém", constante no Processo nº 141/2021, de autoria dos vereadores Moa Moraes e Augusto Santos, sendo co-autores os vereadores Túlio Neves, Josias Higino, Neném Albuquerque e Roni Gás. Manifestaram-se em seguida os vereadores Moa Moraes, Miguel Rodrigues, Fabrício Gama, Josias Higino, Pastora Salete, Bia Caminha e Túlio Neves (com aparte do vereador Moa Moraes), ficando o projeto em discussão. O presidente Bioco encerrou depois a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Emerson Sampaio e Altair Brandão. Justificaram suas ausências os vereadores Fábio Souza, Zeca Pirão, Pablo Farah, Blenda Quaresma, João Coelho e Gleisson Silva. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém. Augusto Santos e Goleiro Vinícius, pelo Republicanos; Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Fernando Carneiro, Lívia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bioco e Pablo Farah, pelo PL; Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 26 de maio de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário